

DECLARAÇÃO FINAL – Pré-COP Leste

Conversão ecológica, resistência às falsas soluções e compromisso com a justiça socioambiental
“Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois serão saciados”. Mt5.6

Reunidos em Belo Horizonte, Minas Gerais, no Colégio Marista Dom Silvério, entre os dias 25 e 27 de julho de 2025, representantes dos Regionais Leste 1, Leste 2, Leste 3 e Sul 1 da CNBB, abrangendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, assumimos coletivamente o chamado à conversão ecológica, à resistência às falsas soluções climáticas e à construção de um compromisso profético em preparação à COP 30, que ocorrerá em novembro de 2025, em Belém do Pará.

Diante do colapso climático global, que atinge de forma mais dura os pobres e territórios vulnerabilizados, reconhecemos o fracasso das últimas Conferências do Clima em oferecer soluções concretas. O aquecimento global já ultrapassa 1,5°C, e os acordos internacionais, dominados por interesses econômicos, são insuficientes diante de uma crise sistêmica que ameaça toda a vida. Vivemos um mundo atravessado por múltiplas crises, com guerras e violências, cujo ápice se revela no genocídio em Gaza, expressão extrema de nossa crise civilizatória.

Em nossa região Sudeste do Brasil, o modelo econômico agrava a degradação dos biomas, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, manguezais e zonas costeiras, através do avanço urbano-industrial, da mineração, do agronegócio, da exploração do gás e do petróleo, do uso indiscriminado do agrotóxico e da especulação imobiliária. A contaminação das águas, a perda da biodiversidade, a expulsão de comunidades e a periferização tornam visível a injustiça ambiental e social.

A partir de duas mesas de painéis, uma sobre a Crise Climática e a Justiça Socioambiental e outra sobre a Ruptura com o Modelo Econômico Predatório e Falsas Soluções, nos organizamos em 5 grupos de trabalho para aprofundar cinco eixos da nossa Pré-COP: 1 - Soberania dos Povos, Direitos Territoriais e Justiça Socioambiental; 2 - Justiça Climática e Reparação Histórica; 3 - Ruptura com o Modelo Econômico Predatório, Não à Economia Verde; 4 - Descarbonização e Falsas Soluções; 5 - Centralidade da Vida, Dignidade Humana e Direitos da Terra.

Os grupos convergiram na compreensão de que a crise climática está profundamente ligada, ao sistema capitalista, à injustiça social, ao racismo ambiental e ao extrativismo predatório. Criticaram a chamada economia verde, a mercantilização da natureza e as falsas soluções tecnológicas. Propuseram, em contrapartida, uma ruptura com o modelo econômico vigente e a construção de uma nova economia baseada na justiça socioambiental, na agroecologia e nos saberes ancestrais. Reivindicaram a soberania alimentar e energética, bem como políticas públicas construídas a partir das comunidades e a responsabilização dos grandes poluidores. Destacaram também a necessidade de coerência institucional, incluindo uma atuação profética da Igreja, que deve assumir papel ativo, educativo e articulador nas lutas por direitos, territórios e dignidade.

Denunciaram as falsas soluções, como os mercados de carbono, os megaprojetos de energia e a expansão da mineração, que aprofundam desigualdades e ameaçam territórios sem enfrentar as causas estruturais da crise. A crise climática é inseparável da injustiça social, do racismo ambiental e do extrativismo. Seus impactos recaem sobre os povos indígenas, quilombolas, comunidades periféricas, camponesas, ribeirinhas e tradicionais. É urgente responsabilizar juridicamente os grandes emissores, corporações e governos, e exigir que os compromissos assumidos nas COPs tenham força legal e sanções reais.

Nós bispos, padres, diáconos, religiosos e religiosas, leigas e leigos, presentes nesta Pré-COP, reafirmamos, com esperança, a ecologia integral como eixo da nossa missão evangelizadora, tendo como referências centrais a encíclica *Laudato Si'* e a exortação *Laudate Deum*. Anunciamos a conversão ecológica como caminho de fé e espiritualidade para um mundo novo. Caminho de irmandade universal entre toda criação, como nos convida Francisco de Assis, no Cântico das Criaturas. Propomo-nos a fortalecer as CEBs, as Pastorais Sociais e a Pastoral

da Ecologia Integral, com a presença efetiva da Igreja nos territórios e na escuta e convivência ativa junto às populações vulnerabilizadas. A formação de lideranças religiosas e comunitárias deve ser prioridade, que leve ao comprometimento, articulando espiritualidade, saberes tradicionais, ciência e consciência política.

A Igreja deve se manter coerente entre seu discurso e sua prática, evitando recursos e alianças com empresas poluidoras e adotando medidas sustentáveis em suas estruturas. Reafirmamos sua missão profética diante do Estado e do mercado, com atuação firme nas políticas públicas, conselhos, conferências e demais espaços de participação popular, inclusive oferecendo suporte jurídico às lideranças. É compromisso urgente enfrentar o racismo ambiental e as desigualdades estruturais que atingem especialmente povos indígenas, quilombolas, comunidades periféricas e ribeirinhas.

Destacamos a proposta dos Regionais aqui presentes levarem essas diretrizes para a Assembleia dos Bispos, com o objetivo de tornar a Comissão Especial de Ecologia Integral e Mineração em uma comissão nacional permanente, e que se constitua em todos os regionais da CNBB.

Defendemos políticas públicas estruturantes, com participação social, que garantam moradia, água, saneamento e saúde às comunidades em risco socioambiental, assegurando também os direitos da natureza. É essencial atuar nos Planos de Saneamento, Diretores e de Mobilidade Urbana, promovendo justiça espacial e o direito à permanência nos territórios. Rejeitamos propostas como o “PL da devastação”, a lógica da “escala de trabalho 6x1”, e defendemos leis populares, como a “taxação das grandes fortunas”, bem como leis voltadas à justiça climática. Uma ação urgente passa pelo combate ao desmatamento, com foco na preservação dos biomas, e na contenção da urbanização predatória e dos grandes empreendimentos. A preservação das florestas é compromisso espiritual, territorial e ambiental, não financeiro, em diálogo com os povos que nelas vivem.

Em contraste ao modelo capitalista que devasta e aprofunda a crise climática, apontamos para a vida que prevalece apesar de tudo o que acontece.

Anunciamos os modos de vida e os saberes dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que representam formas sustentáveis e harmoniosas de habitar a terra, baseadas no cuidado com a natureza, na coletividade e no respeito aos ciclos da vida. Identificamos, ainda, sinais concretos de esperança presentes nos territórios. Alternativas comunitárias e coletivas, baseadas na economia do cuidado, na agroecologia, na agricultura familiar, na economia solidária, no decrescimento. Expressões para nós de uma Economia de Francisco e Clara. Essas comunidades cultivam uma relação de reciprocidade com os territórios, oferecendo caminhos concretos para a justiça socioambiental e a regeneração da vida. Comprometemo-nos com organizações populares e as iniciativas comunitárias autônomas, como cooperativas e redes de solidariedade.

No cenário internacional, exigimos compromissos vinculantes nas COPs, o cancelamento das dívidas externas e a responsabilização dos países historicamente poluidores.

Confiamos aos nossos Regionais da CNBB, sob as bênçãos de Deus, a continuidade dos trabalhos. Que a COP 30, em Belém, seja um marco de escuta do grito da Terra e dos Pobres, de denúncia profética das estruturas de morte e de anúncio de novos caminhos para uma sociedade justa e com respeito à natureza. Saudamos, com esperança, a Cúpula dos Povos, onde movimentos e organizações sociais nacionais e internacionais se mobilizam por alternativas reais e por justiça climática. Que as vozes dos territórios sejam ouvidas e respeitadas nas negociações. O tempo é agora. A conversão ecológica é urgente. A justiça climática é inegociável.

“Trabalhem por uma justiça ecológica, social e ambiental”. Papa Leão XIV (Mensagem ao II Encontro Sinodal de Reitores de Universidades para o cuidado da Casa Comum realizado na Puc do Rio de Janeiro - maio de 2025).

Pela intercessão de Nossa Senhora da Abadia das águas sujas e de São Francisco de Assis.

De Belo Horizonte a Belém: seguimos em comunhão, esperança e luta. Belo Horizonte, 27-07-2025.